



Estado do Rio Grande do Sul  
Câmara Municipal de Salvador do Sul

ATA N° 016/2023

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se, na Câmara Municipal de Vereadores, situada na Avenida Duque de Caxias número quatrocentos e vinte e dois, fundos, no município de Salvador do Sul, em Sessão Ordinária, os Vereadores. **ANDRÉ INÁCIO MALLMANN, CRISTIAN EUGÊNIO MUXFELDT, ELAIDE PETRY LÖFF, HENRIQUE ANSELMO KIRCH, MARCIEL VENDELINO RHODEN, MARIBELA WESCHENFELDER, ROMEU RECKTENWALT, ROQUE AFONSO BOTH e TIAGO OLIVEIRA BENTO.** Às dezenove horas o Presidente da Mesa, Vereador André Inácio Mallmann, saudou os presentes, e informou que havendo o número regimental de vereadores presentes e invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Ordinária. Convidou o Secretário, Vereador **Cristian Eugênio Muxfeldt**, para fazer a chamada dos Vereadores. A cargo do Vereador **TIAGO OLIVEIRA BENTO** ficou a leitura do versículo bíblico ou oração. Após, o Presidente pôs em discussão e votação a **Ata nº 015/2023** a qual foi aprovada por **UNANIMIDADE**. Em seguida passou para as preposições apresentadas à mesa, pelo Executivo Protocolados, **PROJETO DE LEI Nº 034/2023 de 20 de junho de 2023** – Altera a redação da alínea c, parágrafo 7º do Art. 13 da Lei Municipal Nº2725/2009, que dispõe sobre as contribuições ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS e dá outras providências. **PROJETO DE LEI Nº 035/2023 de 28 de junho de 2023** – Dispõe sobre a manipulação e/ou transformação artesanal de carnes por açougués, açougués de minimercados, mercados, supermercados e estabelecimentos afins, casas de carnes, estabelecimentos de comércio varejista de carnes in natura e/ou transformadas, no Município de Salvador do Sul – RS e dá outras providências. E dando sequência a sessão fez a leitura dos Projetos de Lei e Preposições do Legislativo protocolados. O presidente solicitou ao Secretário da Mesa para fazer a leitura: **Projeto de Resolução Nº 007/2023** - Fica autorizado a Vereadora **ELAIDE LÖFF PETRY** a viajar para Brasília – Distrito Federal, em busca de recursos e visando visitar os Ministérios, os Deputados Federais e Senadores, nos dias 12, 13, 14 e 15 de setembro, com direito a pagamento de 03 (diárias) diárias com pernoite e 01 (uma) diária sem pernoite, além de despesa com transporte. **Indicação Nº025/2023** - Que o Executivo Municipal, juntamente com a competente Secretaria Municipal, estude a possibilidade de denominar as Ruas A e C localizadas no Loteamento Morada Verde no Bairro Linha do Meio, Salvador do Sul. **Indicação Nº026/2023** - Que o Executivo Municipal, estude a possibilidade de alterar a legislação vigente para permitir que "os lotes de desmembramentos ou loteamentos possam ter como testada mínima 10,00m (dez metros) e área mínima de 300m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), sendo que os lotes de esquina deverão ter área mínima de 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com testada mínima de 12,00m (doze metros)." **EXPEDIENTE RECEBIDO e EXPEDIENTE EXPEDIDO**. O Presidente da casa chamou os inscritos do **GRANDE EXPEDIENTE/TRIBUNA LIVRE** – e o primeiro inscrito é o senhor **José Fernando Lunckes - Secretário Municipal de Gestão e Finanças** – Saudou todos os presentes e agradeceu pelo convite/convocação e falou da importância dos secretários, para podermos esclarecer e tirarmos duvidas e estabelecer um diálogo mais direto com o Poder Legislativo. A convocação que a mim foi feita solicita



Estado do Rio Grande do Sul

## Câmara Municipal de Salvador do Sul

um esclarecimento, um posicionamento, uma fala em relação a questão da arrecadação e a situação financeira do município. Não existe um questionamento específico, não foi nenhuma questão detalhada no caso. Mas me coloco à disposição para responder as questões na medida do possível, porque sou de Gestão e Finanças e tenho conhecimento de grande parte do que acontece dentro do município e dentro da gestão, mas isso não quer dizer que eu conheça tudo, então pode ser que algumas questões eu não sabia responder. Falando rapidamente em relação a situação financeira do município, posso falar para vocês que financeiramente hoje ainda estamos com uma situação tranquila, isso vai ao encontro do ofício que foi remetido a mim ao qual questionava em relação a arrecadação e neste ofício foram apresentados alguns números. A arrecadação do município em si, particularmente o município de Salvador do Sul ainda está bem, está tranquila. Ainda temos conseguido arrecadar dentro do previsto, embora a situação do estado de certa forma seja um pouco mais complicada. Não digo que preocupante porque não sou gestor. Mas a situação de arrecadação do Estado ela teve uma redução ao longo do ano, tivemos apenas um mês ao qual superou a expectativa, que superou a projeção. Rapidamente falando de alguns dados já que a questão da convocação estava muito direcionada para a arrecadação. Nós em Salvador do Sul, olhando a arrecadação de janeiro a maio estamos com o valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais) acima da arrecadação prevista, já temos um excesso de arrecadação nos cinco primeiros meses do ano. Nós temos uma previsão de arrecadação do Recurso Livre no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), e já arrecadamos R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais) a mais que essa projeção. No NDE eu tenho isso separado por recurso, porque fazemos esse levantamento separado, nós já arrecadamos R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais) a mais do projetado. No FUNDEB temos um déficit de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), mas isso irá se equilibrar ao longo do ano. E nos recursos vinculados a Saúde nós temos uma arrecadação de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) a cima do projetado. Isso demonstra que a situação financeira do município até o momento está boa e acredito que venha a se manter assim ao longo do ano, a não ser que haja alguma situação mais grave no Estado ou na União mesmo. E porque eu digo isso, quase cem por cento da nossa arrecadação do município depende do repasse do Estado e do repasse da União. A nossa arrecadação própria digamos assim, dentro do nosso orçamento é um valor pequeno, dependemos de muito repasse do Estado, especificamente do ICMS e do repasse da União que é o fundo de participação dos Municípios. Nós sofremos uma redução de repasse em função da redução de ICMS do Estado ao longo dos primeiros cinco meses do ano. O FPM está dentro das expectativas então por isso hoje ainda estamos recebendo os recursos dentro do projetado e conseguimos mantermos as contas equilibradas, e eu acredito que não temos maiores dificuldades para fechar o ano. Caso alguém tenha algum questionamento específico estou à disposição para responder: e o primeiro a perguntar foi o **Vereador Marciel**, o qual saudou a todos os presentes e comentou sobre os longos anos aos quais o município veio sofrendo com problemas financeiros. Gostaria se possível se o senhor pudesse passar hoje sobre precatórios, o quanto já foi pago e a estimativa de quanto ainda tem a pagar; O secretário respondeu: explicando um pouco mais detalhadamente sobre os precatórios e como eles

R. H. J. M. Tasso Jr. m. 10-01 May



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara Municipal de Salvador do Sul**

funcionam, os precatórios na realidade não é o município que define quais serão pagos, e é uma situação a qual enfrentamos com uma certa regularidade, já que as pessoas nos ligam e nos perguntam quando vamos pagar o precatório? Apenas repassamos mensalmente um valor para a central de precatórios e esse valor ao qual que é utilizado para os pagamentos dos precatórios. Hoje temos um valor em torno de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais) ainda a serem pagos. Esse valor se refere a precatórios que já estão julgados, mas não quer dizer que será apenas esse valor, para deixarmos claro, precatórios acontecem com uma certa regularidade, porque quando existe uma demanda judicial e existe uma decisão favorável ao credor, ou seja o município é condenado a pagar. E existem vários processos tramitando. Esse processo ele entra na fila dos precatórios, então se eu falar para vocês hoje que o município só tem esse valor para pagar, eu não estou considerando os processos que estão em andamento e que não foram julgados ainda. Esse valor é apenas o valor que já temos definido. Exatamente o valor que já foi pago em precatórios não saberia te dizer, até poderia ter feito esse levantamento. Quanto pagamos hoje, ou quanto nós recolhemos. Nós recolhemos hoje em torno de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) por mês. Esse valor é depositado em uma conta e fica retido até a Central de Precatórios decidir executar o pagamento. As vezes acontece deles pagarem valores menores, as vezes eles esperam até o final do ano para efetuarem pagamento, nós não temos gestão sobre isso. A Lei diz apenas que o município precisa pagar um valor xis por mês, esse valor é depositado em conta e a Central de Precatórios faz o pagamento conforme decisão deles. Mas olhando o que nós tínhamos e olhando o que já foi pago, temos um valor relativamente pequeno para pagarmos hoje ainda. Logico que temos processos em andamento ainda, e esse valor daqui a pouco pode mudar, e pode subir significativamente. Porque depende dos julgamentos dos processos. Com a palavra o **Vereador Henrique** o qual saudou a todos os presentes, e falou sobre o resultado do CENSO o qual registrou aumento nos habitantes da cidade. E como o senhor estava falando em FPM, eu te pergunto: muitos municípios aqui da região como Porto Alegre, que chegou a diminuir setenta e seis mil pessoas, desde o último CENSO. E também tivemos outros fatos de outros municípios que tiveram redução em habitantes. Se para Salvador do Sul mudou esse índice em relação ao FPM ou continuará o mesmo índice? O secretário respondeu: como não houve um aumento significativo, não tivemos alteração em nosso índice, já que estamos dentro da faixa dos municípios de até dez mil habitantes, hoje nos permanecemos com o mesmo percentual. O repasse do FPM não será afetado em função dessa mudança de população. Com a palavra o **Vereador Cristian** que saudou os presentes, e comentou que uma das suas perguntas era exatamente essa, em questão ao CENSO. E em conversa com o Vice Prefeito de São Pedro da Serra, devido a redução de habitantes, me constatou que irão fazer uma pesquisa juntamente com os agentes de saúde, já que acham que o município possui mais população. Inclusive eu achei que Salvador do Sul tivesse mais habitantes, porque cada vez mais conhecemos menos as pessoas na rua, a impressão que temos é que temos mais habitantes do que tínhamos a dez anos atrás. Enfim a pergunta em relação há isso foi respondida. Vou me ater ao assunto da convocação. Na questão de redução na arrecadação e uma provável redução de arrecadação através do ICMS do Estado. Últimos dias viemos ouvindo no noticiário que

R, J.W. Xago & 102 100 May



Estado do Rio Grande do Sul  
Câmara Municipal de Salvador do Sul

a economia Gaúcha não vai bem, e também estamos ouvindo no noticiário que o Governo Federal pretende aumentar a arrecadação através de impostos e pretende centralizar os recursos mais em Brasília. Estamos também ouvimos cada vez mais que os municípios terão menos arrecadação e se precisar de dinheiro terão que ir a Brasília. Minha pergunta é: o Senhor acredita nesta suposta diminuição de arrecadação, se irá se manter. Eu pergunto isso porque quando tivemos a audiência aqui das metas fiscais, as pessoas que apresentaram acreditam que teremos uma diminuição na arrecadação. Se vocês estão preparados para isso? O Secretário respondeu que particularmente acredita até porque os números tem demonstrado isso, o ICMS do Estado já está em queda na arrecadação, e isso demonstra redução na atividade. Existia uma expectativa que a volta na tributação sobre combustíveis, que isso causasse um impacto positivo. Mas particularmente não vejo uma mudança tão significativa na perspectiva desse ano. Nós já tínhamos essa previsão de que houvesse essa queda na arrecadação, e temos trabalhado em busca de alternativas para minimizar isso, mas o município em si não tem muitas alternativas. Até porque não podemos instituir um tributo e passarmos a cobrá-lo imediatamente. Mas temos trabalhado no sentido de aumentar a fiscalização, de fazermos uma cobrança para todos digamos assim. Mas é um trabalho que demanda tempo e também não possui um impacto tão significativo. O que eu posso lhe dizer é que a nossa situação financeira vem de superávits que tivemos de anos anteriores, ano passado tivemos um superávit no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Isso nos dá uma tranquilidade durante esse ano. E esperamos que no final do ano possamos ter um superávit novamente. Por enquanto estamos tendo um excesso de arrecadação, o que são duas coisas diferentes. O excesso de arrecadação é quando você arrecada mais que o projetado. Nós fazemos sempre projeções conservadoras projetamos abaixo, de forma moderada. O excesso de arrecadação é a arrecadação acima do projetado. O superávit é financeiro, no caso gastar menos do que você projetou, o famoso fazer sobrar dinheiro. Então são duas situações diferentes. No ano passado nós tivemos uma sobra de recursos financeiros no valor de seis milhões de reais, foi um superávit extraordinário, para vocês terem noção não tínhamos superávits consecutivos desde o ano de dois mil e dezessete. Após esse ano sempre ficamos próximos ao valor de um milhão de reais. O ano passado foi extraordinário nessa questão, mas também foi consequência de pandemia e outras coisas mais, realmente foi uma exceção. Mas eu particularmente me preocupo, e temos trabalhado para mantermos a situação sob controle. Não gastarmos mais do que já está projetado e ficarmos atentos na questão da arrecadação. O **Vereador Cristian** ainda concluiu falando do superávit do ano passado dá para fazer uma afirmação que tem muita relação haver com o auxílio que o governo deu para os Municípios, ou esse superávit é somente do município de Salvador? Ouviu-se falar muito sobre isso na mídia também, que os municípios em geral conseguiram botar as contas em dia. Claro que esse superávit tem o seu mérito também e do governo municipal. Mas se houve incremento durante o recurso do Governo Federal, sobre isso. E a outra relação que eu tenho a fazer, pode ser que seja um pouco preocupante, no ano passado nos tivemos um bom nas companhias, e esse anos estamos em regressão. Se seria correto afirmar que o governo federal ajudou os municípios, no ano de dois mil e vinte e dois e na pandemia também. O Secretário respondeu: sim sem dúvidas, o que eu posso dizer

(D) *JW* *Maria José* *192* *RG* *Col* *Gen*



Estado do Rio Grande do Sul

## Câmara Municipal de Salvador do Sul

para vocês, mas vou falar do que eu conheço, com quem temos mais contato o qual o contato com os secretários se torna mais frequente, todos os municípios desde o ano de dois mil e vinte, entram em uma situação melhor do que a situação anterior. Melhor que eu digo, arrecadaram mais, gastaram menos em função da pandemia, mas todos os municípios quando conversamos com a administração todos eles estavam aliviados. Em anos anteriores eram sempre uma preocupação, alguns municípios não conseguiam fechar contas, preocupados em chegar no final do ano, mas a partir do ano de dois mil e vinte até o ano de dois mil e vinte e dois, nesses anos os municípios conseguiram se equilibrar e muitos terem superávit, conseguiram fazer investimentos. Então com certeza foi em função dos repasses que o Governo Federal fez. Logico outras situações também colaboraram e contribuíram para isso, mas principalmente em função do repasse do Governo Federal. Com a palavra o **Vereador Romeu**, que saudou os presentes e agradeceu a presença do secretário, e comentou sobre a situação dos governos anteriores aos quais vinham sem dinheiro até mesmo para as contra partidas das verbas. E você nos expõe que já no primeiro ano de Governo da gestão Marco e Léo, tivemos uma sobra de valores de um milhão e oitocentos mil reais. E viemos todos os anos até agora tendo uma sobra, por isso hoje nosso município é um canteiro de obras porque existe uma gestão competente, rodeada de pessoas capazes. Mas ainda quero aqui expor os números para que as pessoas entendam: precatórios pelo que eu tenho a informação foram pagos mais de três milhões de reais dentro destes sete anos de governo. E vou falar aqui somente duas coisas as quais me lembro, a cobertura do calçadão do parque tem um investimento de mais de dois milhões de reais de recursos próprios, e por favor se eu estiver errado que o senhor me corrija. Só no investimento da APAE quase o valor de quatrocentos mil reais, também em recurso próprio. Algumas coisas que eu estou aqui me lembrando que eu quero colocar. Em contrapartidas obras já temos investido mais de dois milhões de reais, que já foram com recurso próprio. Agora eu gostaria de saber do senhor, qual é o trabalho perfeito que essa gestão fez até aqui para realmente sobrar tanto recurso. Porque sabemos que governos anteriores tiveram dificuldades para gerenciar, para fazerem a roda andar. E hoje graças a Deus vem o secretario aqui da Gestão e nos diz que o município está financeiramente bem. Então eu gostaria de saber, além da redução de cargos, de secretários, enfim qual foi a outra providência tomada para que nós conseguissemos fazer sobrar tanto dinheiro em um município que vinha sem credito. Então era isso que eu gostaria de saber do senhor. O secretário responde: o que eu posso dizer é que não existe mágica. Eu tive um chefe na faculdade onde eu trabalhei no estado do Tocantins, o dono da faculdade dizia que custo é igual unha, você tem q estar cortando sempre porque custo sempre cresce. O que nós conseguimos fazer na verdade foi uma soma de esforços e uma serie de tomadas de decisões e certamente não foi uma única atitude ou uma única decisão que nos levou a isso. Eu tenho certeza que a questão da redução de secretarias, quando nós assumimos não foi feito logo de imediato, mas foi feito logo depois, foi impactante porque houve essa redução para cinco secretarias. Eu entendo que o município de Salvador do Sul, não precisa ter mais do que cinco secretarias, nós conseguimos enxugar isso, e foi determinante. E outro ponto extremamente importante foi a implantação do setor de compras, e a centralização das compras. Porque até então as secretarias elas tinham

*RJ Hugó F 112 78301 Max*



Estado do Rio Grande do Sul

## Câmara Municipal de Salvador do Sul

autonomia de fazerem compras. Achamos que isso é ou pouco ou que isso não impacta, mas se nós somarmos os pouquinhos, os supérfluos de compras mal feitas, de compras fracionadas, que todos vocês sabem, se hoje nós formos a um lugar e comprar uma unidade tem um preço, se comprarmos cem unidades tem outro preço, se comprarmos mil unidades tem outro preço. Com a implantação do setor de compras e a centralização das compras foi determinante para isso. E um outro fator, um outro aspecto que nos implantamos foi uma melhoria na descrição dos itens a serem adquiridos. Até hoje brigamos muito por causa disso, mas isso também tem uma influência muito grande, porque isso representa custo. Já que hoje você comprando um item de qualidade tem uma durabilidade muito maior do que um item sem qualidade. Então o que nós procuramos fazer, procuramos comprar coisas boas a um preço justo. Nós procuramos fazer uma descrição mais detalhada possível para que o produto fornecido seja um produto de qualidade. Vocês sabem que não podemos indicar marca, quando fazemos por exemplo uma licitação de material de expediente, eu não posso pedir uma caneta bic, eu não posso colocar lá que eu quero uma caneta bic, mas eu posso fazer uma descrição tal que o produto fornecido pelo licitante seja um produto tão bom quanto ou igual uma bic. Então isso é muito importante, e aí uma outra questão que é fundamental é uma briga que temos com os fornecedores é conferir o material que é entregue. Porque podemos licitar uma caneta bic, comprar uma caneta bic e receber uma porcaria. Então a conferencia do material é fundamental. Isso representa redução de custos é pouca coisa, uma caneta eu não sei quanto custa uma caneta. Mas se vocês olharem a quantidade de canetas que usamos, a quantidade de canetas que compramos isso no final das contas representa muito e isso é com tudo, com caneta, com papel. Passando por todos os itens que são adquiridos. E com isso nós conseguimos fazer, uma economia, uma redução de custos é acabou sobrando dinheiro. É o fato de aplicar na gestão pública o que muitas vezes fazemos em casa. Procurar produto de qualidade por um preço bom. E nós somos extremamente chatos em algumas situações. E se eu contar algumas histórias para vocês, vocês irão achar graça. E aí vocês vão ver como existem fornecedores mal intencionados, que fornecem para a área pública. Vou dar um exemplo gente que manda produzir papel higiênico e coloca na embalagem que o rolo tem sessenta metros, e se tu abrires o rolo e medir, o rolo não tem quarenta metros. Gente que produz um rolo de TNT que deveria ter sessenta metros, quando abrimos para medir o rolo possui trinta e seis metros. Gente que vende clips, tenho dois pacotes de clips. Inclusive fiz um boletim de ocorrência na semana passada porque: nós compramos clips, e eu vou contar a história para vocês. Esse fornecedor já é um fornecedor conhecido, já conhecemos esse fornecedor ele de ter umas oito empresas, todas em nomes de laranjas. Ai na descrição da compra dos clips, foi colocado clips três ponto zero, niquelado e clips seis ponto zero niquelado, em caixinha de papelão, com quinhentas gramas. Quando chegou a mercadoria, os clips vieram dentro de saquinhos plásticos colados. Não vieram em caixinhas de papelão conforme solicitado. Gerou uma suspeita, aí o que nós fizemos, ele veio etiquetado com o nome da empresa, o logo da empresa colado no pacote. Mas porque ele não veio dentro de uma caixinha? Aí nós pegamos os clips e pegamos um outro produto daquela empresa, que era a fabricante dos clips. Pegamos o outro produto, colchete no caso, e compararamos as duas artes. A arte da

R R M. Liago & 112 D. Col. Plan



Estado do Rio Grande do Sul  
Câmara Municipal de Salvador do Sul

clips, tinha menos cor e menos informação. Mas dizia lá niquelado. E tinha o nome do fabricante, apenas não tinha CNPJ. Nós ligamos para o fabricante. Somos da prefeitura de Salvador do Sul, nós recebemos uma mercadoria de vocês aqui, apenas gostaríamos de tirar uma dúvida. Vocês produzem clips niquelado? Ai a pessoa que atendeu disse não, nós não produzimos clips niquelado, nós não fabricamos clips niquelado. Mas recebemos uma aqui uma mercadoria, com a etiqueta indicando o fabricante de vocês. Ai a pessoa pediu por favor nos mande uma foto queremos ver. Mandamos uma foto. E a pessoa nos informou que o produto não era deles. O que nós achamos que acontece, essa pessoa que nos forneceu, ela compra os clips que não é niquelado, e eu posso provar isso para vocês, porque eu peguei e coloquei o clips na agua e dois dias depois ele estava enferrujado. Ele compra o clips que não é niquelado, embala ele e manda fazer uma etiqueta, com o nome da fábrica, cola em cima e vende como clips niquelado. Ai qual é a diferença de valor, entre um clips que não é niquelado e um clips niquelado. Mas isso da trabalho, isso da desgaste. Porque eu tive que ir na delegacia, fiz um boletim de ocorrência, porque isso é fraude, é crime. Provavelmente daqui adiante ainda terei que participar de um processo. Mas precisamos fazer isso, isso é uma forma de economizarmos os recursos públicos. E o que os nossos fornecedores dizem, vocês fazem o que a maioria das prefeituras não faz. Porque a gente confere mercadoria, briga pela mercadoria correta, devolve, notifica, mas isso é um trabalho é um desgaste. O que nós poderíamos ter feito, era ter recebido os clips, não teria problema nenhum. Quem vai usar os clips não sabe se eles são niquelados ou não, a pessoa não tem que reclamar. Então essas situações fazem com que nós conseguimos ter sobra de recursos. E a prefeitura de Salvador já é conhecida entre os licitantes, por ser chata. Temos até alguns licitantes que não vem mais aqui. Nós tivemos uma situação com computadores, isso foi no ano de dois mil e vinte, nós compramos um lote de computadores, a pessoa orçou um determinado computador, e nós pedimos computadores lacrados. Porque se ele não vem lacrado é porque foi mexido. Ai para atender o que nos colocamos na descrição para termos uma máquina boa, o fornecedor foi lá e abriu todos os computadores e inseriu uma peça para atender uma determinada exigência. Nós recebemos os computadores, mandamos todos eles para a assistência, eram em torno de cinquenta computadores. A assistência abriu um por um, e olhar se realmente havia sido modificado, constatado que sim os mesmos foram devolvidos para o fornecedor. O fornecedor reclamou, mas acabou que nos entregou um computador de qualidade superior à que havíamos solicitado, porque ele não tinha o computador com as especificações solicitadas na licitação. Para não ser notificado e ser impedido de licitar nas prefeituras pelo periodo de dois anos, ele entregou um equipamento superior. São essas questões, são coisas pequenas, por isso que eu digo não é uma decisão, não é um posicionamento, são coisas que temos que ir somando, temos que ir agregando. Isso faz com que haja sobra de recursos, é a questão da fiscalização, de verificar o que está sendo feito, com que qualidade, qual é o produto, aí conseguimos fazer sobrar dinheiro. Com a palavra o **Vereador Marciel**, que perguntou em relação aos financiamentos municipais. O secretario respondeu: hoje em termos de financiamento, nós temos um parcelamento pequeno de uma dívida que foi financiada, ainda do PASEP. Todos os demais financiamentos que haviam foram quitados, não temos mais pendencias. Havia

*Dr. JHC Júlio César Bento & 1000 8/10/2011*



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara Municipal de Salvador do Sul**

alguns financiamentos feitos, mas esses foram liquidados ao longo da gestão. Em relação aos financiamentos feitos, porque são dois. O financiamento das placas solares, eu acho que é um financiamento necessário. Hoje nós pagamos em torno de cinquenta a sessenta mil reais por mês de energia elétrica, se nós pegarmos todos os prédios públicos, iluminação pública. Tá certo iluminação pública nós arrecadamos. A partir do momento que tivemos a troca de lâmpadas, houve uma substituição de boa parte das lâmpadas da iluminação pública, por lâmpadas LED nós conseguimos equilibrar. Agora o que arrecadamos é o que pagamos, então é uma conta que está equilibrada. Mas mesmo assim temos um gasto mensal em torno de cinquenta a sessenta mil reais. Mas acompanhamos isso, temos um acompanhamento mensal de todas as contas, tem uma pessoa que pega as contas e lista elas em uma planilha mensal. E qualquer alteração a cima do que é a média, nós chamamos o secretário responsável pelo setor e solicitamos providencias. Então as vezes acontece, mais comumente com o consumo de água, as vezes existem vazamentos que demoramos a encontrar. Isso aconteceu no parque, tínhamos um vazamento subterrâneo, onde simplesmente a água sumia. Mas foi resolvido de um mês para o outro. A mesma coisa é energia. Acompanhamos telefone, são gastos mensais que precisam ser controlados. Temos que manter a torneira fechada. Se der extração da média alguém tem que dar satisfação do porque isso veio a acontecer. Mas em relação ao financiamento, das placas fotovoltaicas é um financiamento necessário, tem a questão ambiental e tem a questão da geração de energia, é um financiamento que irá se pagar e irá sobrar dinheiro. O cálculo que nós fizemos, depois das placas instaladas é que em oito anos, o que será economizado, ou seja, esses cinquenta mil reais que não vamos pagar, vai quitar o financiamento feito. Como as placas tem uma vida útil estimada de vinte a vinte e cinco anos, o restante do tempo vai se gerar energia excedente. E o outro financiamento, o financiamento dos cinco milhões de reais, se nós fizermos melhorias, se nós fizermos investimentos. Por exemplo se fizermos calçamento, se fizer asfalto acabamos tendo uma redução de custo de manutenção. Hoje se nós pudéssemos ter todas as estradas do município asfaltadas, teríamos menos da metade do efetivo da Secretaria de Obras, teríamos redução de gastos. Acho que nós precisamos olhar por esse lado. É um financiamento de parcelas possíveis de serem pagas, tanto a taxa de juros mais o valor da parcela conseguimos encaixar eles perfeitamente dentro do nosso orçamento. Não são valores tão altos mensais. E conseguimos pagar isso ao longo do tempo, e em contrapartida vamos ter uma melhoria de vida para as pessoas, é difícil medir a satisfação da pessoa de transitar pelo calçamento ou asfalto, precisamos considerar isso. Além do fato de redução de gastos com manutenção. Quanto gastamos hoje em manutenção das estradas, nas vias que não são pavimentadas, que precisamos fechar buracos, colocar saibro, colocar brita, então tudo isso teremos uma redução. Mas pegando os valores friamente, é perfeitamente possível quitar isso ao longo dos anos sem problema nenhum, e não vai impactar a gestão futura de uma forma comprometa de fazer investimentos, sem poder trabalhar por causa deste financiamento. Com a palavra o **Vereador André**, que perguntou sobre o prazo para o pagamento desse financiamento. O secretário respondeu: o prazo para o pagamento é de noventa e seis meses, com carência de doze meses, consequentemente oitenta e quatro meses inserido. Com doze meses de

*R, Ruy MW Lugo P 112 001 Mau*



Estado do Rio Grande do Sul

## Câmara Municipal de Salvador do Sul

carência o município tem prazo para pegar. Não temos a obrigatoriedade de pegarmos a totalidade do valor, pelo contrato diz que no ano de dois mil e vinte e três pode pegar o valor de dois milhões e quinhentos mil reais e no ano de dois mil e vinte e quatro o valor de mais dois milhões e quinhentos mil reais, mas isso não quer dizer que o município seja obrigado a pegar ou a contratar esse valor na integra. Da forma como isso será liberado para o município, a pedido do município vai se fazer o pagamento, e vai se contar o prazo de carência, vai começar a ser feita a amortização. Se o objetivo esse ano não for contratar o valor de dois milhões e quinhentos mil reais, por exemplo o município contratou somente quinhentos mil reais, vamos começar a pagar sobre o valor contratado. Com a palavra o **Vereador Cristian**, que questionou sobre o financiamento no valor de cinco milhões de reais, em relação a construção da escola, se ela está pensada dentro desse valor. O Secretário respondeu: que está pensada a creche, informando que ela inclusive está dentro do contrato que foi assinado com a Caixa Econômica Federal, são três itens se eu não me engano, e um deles é a construção de uma unidade escolar, que seria a creche, e será construída no bairro Linha do Meio, em anexo a Escola Vó Assunta. O **Vereador Cristian**, ainda perguntou sobre a escritura do terreno. E o secretário respondeu: que o terreno é uma doação, e conversamos com uma arquiteta do município, mas precisamos de três orçamentos para fazer a avaliação do imóvel. Será encaminhado para essas três profissionais solicitação de orçamento, com memorial descrito e a escritura da área. Mas já temos isso definido e teremos resposta no máximo dentro de uma semana. Dependendo do valor, mas acredito que o valor fique acima de mil reais e por isso não podemos contratar direto. Ficando acima de mil reais eu encaminho esse processo pra empenho na próxima semana, e dependendo de quem propor o menor valor, até porque não são todos os profissionais aqui da cidade, dependente de quem propuser o menor valor eu acredito que essa avaliação deva sair no máximo em até o final da semana. E ai é sempre pedido de três a cinco dias para a disponibilização do laudo, o laudo é extenso tem quase trinta páginas. Então acredito que dentro de quinze dias devemos ter esse laudo de avaliação em mãos, para fins de doação da área. O **Vereador André**, agradeceu a presença do Secretário Fernando. O Secretário agradeceu o espaço e se colocou a disposição para esclarecimentos sempre que necessário. Dando seguimento a sessão, foi passado para a ordem do dia. Apreciação e votação dos Projetos de Lei do Executivo. O presidente solicitou ao secretário fazer a leitura dos projetos. **Projeto de Lei Nº 032/2023** - O Projeto foi discutido, onde o **Vereador André**, se manifestou após foi votado, e **aprovado por UNANIMIDADE**. **Projeto de Lei Nº 033/2023** – O Projeto foi discutido, onde a **Vereadora Elaide** se manifestou, após foi votado e **aprovado por UNANIMIDADE**. **Projeto de Lei Nº 035/2023** – O Projeto foi discutido, onde se manifestaram os **Vereadores, Henrique, Marciel, Romeu, Cristian, Roque e André** após o foi votado de forma nominal e **aprovado por UNANIMIDADE**. Em momento seguinte seguiu a Leitura dos Projetos de Lei e Preposições do Legislativo protocolados. O presidente solicitou ao Secretário da Mesa para fazer a leitura: **Projeto de Resolução Nº007/2023** - foi discutido, onde a **Vereadora Elaide**, se manifestou, após foi votada e **aprovada por UNANIMIDADE**. **Indicação Nº025/2023** - foi discutida, onde os **Vereadores Elaide, Romeu e Cristian** se manifestaram, após foi votada e **aprovada por UNANIMIDADE**. Indicação

*(Handwritten signatures in blue ink)*



Estado do Rio Grande do Sul  
Câmara Municipal de Salvador do Sul

Nº026/2023 - foi discutida, onde o **Vereador Cristian**, se manifestou, após foi votada e aprovada por **UNANIMIDADE**. Em continuidade, o Presidente passou para as explicações pessoais, onde os Vereadores previamente inscritos se manifestaram na seguinte ordem: **Elaide Petry Loff, Henrique Anselmo Kirch, Romeu Recktenwalt, Marciel Vendelino Rhoden, Roque Afonso Both, Maribela Weschenfelder, Tiago Oliveira Bento, Cristian Eugênio Muxfeldt**. Por fim manifestou-se o Presidente, **Vereador André Inácio Mallmann**, o qual agradeceu a presença de todos e informou sobre o Recesso Parlamentar, e convidou para a próxima Sessão Ordinária no dia **07 de agosto de 2023**, às dezenove horas, na sede da Câmara Municipal de Vereadores. Não havendo mais nada a declarar e para constar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos vereadores presentes na sessão. Salvador do Sul, 03 de julho de 2023.